

REGISTRO DE REUNIÃO			
Data:	27 de janeiro de 2026		
Reunião:	Câmara Técnica de Saneamento Ambiental - CTSAM		
PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	
Elielson Teixeira		Prefeitura de Tanguá (membro)	
Anderson Ferreira de Rezende		SANEMAR (membro)	
Morvan Nobre		SEAERJ (membro)	
Flávia Lanari Coelho		APALMA (membro)	
Marcos Basbaum		ECOMARAPENDI (membro)	
Monica Pena		UFRJ (membro)	
Josely Cabral		Iguá Rio (membro)	
Roberto Ricardo		Prefeitura de Belford Roxo (membro)	
Halphy Rodrigues		Águas de Niterói S.A (membro)	
Frederico Ayres Pinheiro		Prefeitura de Nova Iguaçu (convidado)	
Caroline Lopes		Águas do Rio (convidada)	
Fabio Martins		Secretaria de Recursos Hídricos e Minerais (convidado)	
Helena Zuntini		SUPRH/SEAS (convidada)	
Samuel Muylaert		SUPRH/SEAS (convidado)	
André Luís		Águas do Rio (convidado)	
Olímpio Baldoino da Costa Vargens Neto		Águas do Rio (convidado)	
Aline Felix		Águas do Rio (convidada)	
Frederico Castro		Prefeitura de Duque de Caxias (convidado)	
Tânia Sousa		AGEVAP	
Tipo:	Videoconferência		
Início:	14h15	Encerramento	16h17
RELATO DA REUNIÃO			
Pauta:			
1. Aprovação da pauta do dia;			

2. Aprovação minuta Registro de Reunião 25/11/2025;

3. Segurança Hídrica no Território da RH-V;

4. Autorização ambientais provisórias/temporárias para perfuração de poços e captação emitidas pelo INEA.

Iniciada a reunião. Elielson Teixeira (Prefeitura de Tanguá), iniciou a reunião solicitando a leitura da Pauta e indagando os membros presentes se havia alguma alteração. Não havendo objeção, o **ponto de pauta 1** foi aprovado. Passando para o **ponto de pauta 2:** Aprovação minuta Registro de Reunião 25/11/2025, Elielson destacou que o e-mail foi feito por e-mail, com antecedência e questionou aos presentes se havia alguma correção, não havendo objeção, a minuta foi aprovada. Passando para o **ponto de pauta 3:** Segurança Hídrica no Território da RH-V, Elielson fez uma breve introdução, lembrando que esse assunto foi sugerido pela Coordenação do Subcomitê Maricá-Guarapina. Destacou a importância da realização do Plano de Segurança Hídrica, coordenado pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEAS), devido à escassez hídrica, e convidou a equipe da SEAS/INEA para apresentar o status do trabalho. Logo em seguida passou a palavra para Helena Zuntini – SEAS. Esta destacou a importância da troca de informações sobre o status da execução do PESH, a atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e o estudo de alternativas para o leste da Baía de Guanabara, em seguida passou a palavra para o Samuel Muylaert – SEAS. Este informou que o PESH é um plano inédito para o estado do Rio de Janeiro e representa um avanço no planejamento de recursos hídricos, integrando a gestão de recursos hídricos com outros setores devido à sua transversalidade. O recurso para o PESH veio de uma compensação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Complexo Boaventura (antigo Comperj). Samuel Muylaert explicou que o PESH, juntamente com a atualização do PERH e o caderno específico para o Leste da Baía de Guanabara, são três produtos em um único convênio entre o Estado e a COPPE/UFRJ. O prazo para execução é de 33 meses, com a conclusão prevista para meados de 2028, e o caderno específico do Leste Metropolitano terá

prioridade devido à sua urgência, com entrega prevista até o final de 2026. O PESH está vinculado ao Programa Estadual de Segurança Hídrica (PROSEGH) e estruturado em três pilares: oferta hídrica, qualidade ambiental e riscos associados à água. Samuel Muylaert informou que o primeiro produto, o Plano de Trabalho, já foi entregue e aprovado no final de 2025, e a equipe está revisando o levantamento de dados e a metodologia, ressaltou que a UFRJ (COPPE) é a executora e a SEAS/INEA são os contratantes e fiscais do convênio, com a Fundação Universitária José Bonifácio como interlocutora burocrática e financeira. Elielson Teixeira enfatizou a importância vital do PESH para o comitê, pois impactará a futura atualização do plano de bacias e questionou Samuel Muylaert sobre como o trabalho de enquadramento dos corpos hídricos do Comitê da Baía de Guanabara se alinharia com a atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Samuel Muylaert explicou que o planejamento estadual (PESH e PERH) tem uma abordagem macro e foca em orientações para a condução e implementação do enquadramento, mas não sugere propostas ou faz modelagem, pois o enquadramento é uma dinâmica naturalmente conduzida pelos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs). Ele assegurou que o trabalho do comitê servirá de base para o plano estadual e que a escala estadual não altera o processo de enquadramento dos CBHs. Morvan Nobre – SEAERJ perguntou sobre a abrangência territorial do "Leste da Baía de Guanabara" e a abordagem ambiental do plano. Samuel Muylaert esclareceu que o recorte é hidrográfico e de serviço de saneamento, abrangendo a área de atuação do CBHBG na porção leste, incluindo Niterói. Complementou que o plano tentará privilegiar ao máximo as soluções baseadas na natureza (SBN), complementando a engenharia tradicional, e que a preservação de mananciais e áreas de recarga será abordada. Morvan Nobre perguntou sobre a existência de planos similares ao do Leste para outras regiões do Estado. Samuel Muylaert mencionou que, embora o plano do Leste seja inédito para o Rio de Janeiro, o mapeamento de sistemas sensíveis indica a necessidade de um olhar cuidadoso sobre a transposição das águas do Paraíba do Sul para o Guandu e as questões do Rio Pomba e Muriaé, além de desafios nos canais da Baixada Campista e no reservatório de Juturnaíba, mas que o estudo específico para o Leste Metropolitano

foi determinado pelo TAC do COMPERJ, devido à localização física do complexo. Sem mais perguntas sobre a apresentação, passou-se ao **ponto de pauta 4:** Autorização ambientais provisórias/temporárias para perfuração de poços e captação emitidas pelo INEA, Elielson destacou que não conseguiu o contato com o INEA a tempo para esta reunião, mas continuará tentando contato com o setor responsável para uma apresentação futura. Flávia Lanari – APALMA, solicitou a palavra para destacar que em Maricá a Águas do Rio está "desconectando canos de poços comunitários" de pessoas que ainda não têm abastecimento contínuo, apesar de a lei exigir abastecimento contínuo para essa ação. descreveu a situação da água como caótica devido à insegurança hídrica e à estiagem, e pediu ajuda ao CBH e a esta CT para lidar com o que considera ser uma ação autoritária e insensível da concessionária. Flávia Lanari destacou um estudo sobre segurança hídrica de Maricá, encomendado pela Sanemar e elaborado pela Politécnica da UFRJ, que propôs barragens para regulação e drenagem, durante uma reunião no final do ano, um diretor da Águas do Rio negou que as barragens propostas no estudo fossem para equilíbrio hídrico em épocas de estiagem, alegando que seriam apenas para drenagem, o que contradiz o documento. Caroline Lopes - Águas do Rio, solicitou mais detalhes sobre onde isso ocorreu e negou que a concessionária esteja desativando poços comunitários. Ofereceu-se como canal de comunicação e propôs uma apresentação sobre as ações da Águas do Rio e o nível dos corpos hídricos em Maricá. Elielson Teixeira informou que a Câmara Técnica (CT) está em contato com a gerência do INEA para discutir questões de outorga de poços artesianos e legislação sobre sua execução, reconhecendo as dificuldades e a lentidão da diretoria de outorga, acrescentou que a escassez hídrica se tornou um problema no verão, exacerbado por eventos extremos e mudanças climáticas, afetando Tanguá, Itaboraí e Maricá, com emergências ocorrendo desde meados do ano passado, mencionou que o subcomitê Leste está pressionando o planejamento de segurança hídrica para encontrar soluções como barragens e reservatórios, visando reduzir a dependência da chuva. afirmou que a Câmara Técnica está à disposição para a colaboração com a Águas do Rio, Iguá e Secretarias Municipais para informar sobre as questões hídricas. Sobre o Plano de Saneamento de Maricá,

informou que o trabalho está começando, o processo de planejamento será participativo e o subcomitê Maricá deve se integrar para lidar com a questão da água e abastecimento. Elielson destacou que em 9 de fevereiro ocorrerá uma licitação através da AGEVAP para 11 Planos Municipais de Saneamento Básico. Este investimento, considerado crucial para a concessão regional, visa aumentar a visibilidade e a participação social nas questões locais de saneamento. Além de água e esgoto, os planos incluirão a questão da drenagem urbana e a elaboração de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, informou que o Comitê fez um chamamento público para a remediação de lixões ou vazadouros municipais, com o prazo final para inscrição em 29 de janeiro. O objetivo é realizar investigações e futura remediação dessas áreas. Flávia Lanari relatou uma visita aos lixões de Maricá, em que o lixão de Caxito, recentemente remediado, foi encontrado abandonado e deteriorado, com manta aparente, devido à falta de manutenção. Flávia Lanari estimou que 50 a 60 milhões de reais foram "jogados fora" por negligência da Prefeitura, e exigiu uma posição do CBH-BG ou buscará o Ministério Público. Flávia Lanari contrastou a situação do lixão de Caxito com o de Itaipuaçu, onde a remediação está começando. Monica Maria Pena, membro do Comitê de Monitoramento das novas concessões, sugeriu uma parceria ou aproximação com a Câmara Técnica devido a questões técnicas e de atendimento similares, que podem ser resolvidas de forma ágil. Elielson Teixeira agradeceu a Monica Maria Pena e Morvan Nobre pelo convite para fortalecer o Comitê de Monitoramento e afirmou que a diretoria irá confirmar os representantes, citando que Marcos Basbaum já se pronunciou. Encorajou os participantes a enviarem pautas ou apresentações para o e-mail da secretaria executiva para a próxima reunião. Sem mais assuntos, a reunião encerrou às 16h17.

Encaminhamentos:

1. Solicitar publicação da Ata aprovada, reunião dia 25/11/2025.

Mediador da reunião: Elielson Teixeira

Relator: Tânia Sousa